

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA MINA DE ÁGUA

MOÇÃO PELA ESCOLA PÚBLICA, GRATUITA, UNIVERSAL, INCLUSIVA E DE QUALIDADE

A Escola Pública, Gratuita, Universal, Inclusiva e de Qualidade é um Direito de todos os Cidadãos e uma Obrigação do Estado Português, consagrados na Constituição da República Portuguesa que proclama que todos os cidadãos têm direito à educação, com garantia do direito à igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares.

No seu artigo 75, a CRP determina que compete ao Estado a criação de uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população, o que não dispensa de, ao mesmo tempo, reconhecer e fiscalizar o ensino particular e cooperativo, no respeito pela lei.

A Lei de Bases do Sistema Educativo determina que é da especial responsabilidade do Estado promover a democratização do ensino, garantindo a todos os portugueses a liberdade de aprender e ensinar, com tolerância para as escolhas possíveis, mas abstendo-se de impor directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas, pelo que o ensino público não pode ser confessional.

Com o fim de ultrapassar essa dificuldade, o Estatuto das Escolas do ensino Particular Cooperativo, aprovado pelo DL 553/80 instituiu os contratos de associação, a serem celebrados com escolas particulares situadas em zonas carecidas de escolas públicas.

O Ministério da Educação decidiu agora só permitir a celebração de novos contratos a partir de 2016/2017, quando se verificar manifesta incapacidade de a Escola Pública dar resposta às necessidades da população escolar, medida que tem tido uma violenta oposição da Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo – AEEP.

Face ao exposto, a Assembleia de Freguesia da Mina de Água, reunida em 22.06.2016, delibera:

1. Manifestar o apoio às medidas que visem repor a legalidade e moralizar a celebração dos contratos de associação enquanto instrumento supletivo da Escola Pública;
2. Repudiar a campanha de desinformação promovida pela Associação de Escolas do Ensino Particular, e com a cobertura mediática de alguns órgãos de comunicação social, com o objectivo de descredibilizar a Escola Pública e os seus profissionais.
3. Exigir do governo, o conjunto de medidas que visem concretizar um investimento consentâneo com o desígnio constitucional de garantir uma Escola Pública, gratuita, universal, inclusiva e de qualidade para todos os cidadãos e assim garantir o acesso à educação e ao conhecimento a todas as crianças e jovens do concelho da Amadora.

Nota:

Esta Moção deve ser enviada às seguintes entidades:

Ministério da Educação

Secretaria de Estado da Educação

Grupos parlamentares da Assembleia da Republica

Presidente da Câmara Municipal da Amadora

Presidente da Assembleia Municipal da Amadora

Agrupamentos de Escolas da Amadora.

Amadora, 22 de junho de 2016

A Bancada da CDU – Coligação Democrática Unitária